Caminhos da Museologia na Pós-Graduação: o caso do PPG-PMUS¹

Museology's paths in the Graduate studies: the PPG-PMUS case

Luciana Menezes de Carvalho*

Resumo: O artigo apresenta os caminhos trilhados pela pós-graduação em Museologia no Brasil com o objetivo de consolidar essa disciplina no campo científico, a partir de uma investigação de caráter exploratório e descritivo, e que teve como suporte metodológico as seguintes abordagens: pesquisa e revisão bibliográfica e documental; e análise de conteúdo do material pesquisado. Para tal, apresenta como as duas formas de capital científico – institucionalizado e “puro” - podem ser referências na análise do processo da Pós-Graduação no Brasil, em especial no estudo de caso do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, no Rio de Janeiro; e também procura analisar o fenômeno da interdisciplinaridade que perpassa esse processo. As considerações finais reforçam que, mesmo não tendo uma autonomia comparada a outras áreas, a Museologia lutou e jogou as regras do campo científico quando seus atores reivindicaram para si um objeto de estudo, e isso ocorreu exatamente na esfera dos campos científico e universitário, quando se estabeleceram cursos de Museologia; e inúmeros esforços foram realizados para consolidá-la como disciplina científica por meio da produção e disseminação de conhecimentos específicos, e ocupar lugar no espaço de maior prestígio de conhecimento acadêmico: a pós-graduação.

Palavras-chave: Museologia; Campo científico; Capitais científicos; Interdisciplinaridade; PPG-PMUS.

Abstract: This paper presents the paths of Museology within Graduate Studies in Brazil, with the aim of aligning it with the scientific field, based on an exploratory and qualitative investigation, which had the following methodological approaches: bibliographical and documentary research and review; and analysis of the researched material. In order to conduct this investigation, we show how the two forms of scientific capital – institutionalized and “pure” - can be analytical references for the Graduate Studies process in Brazil, especially in the case study of the Graduate Program in Museology and Heritage, in Rio de Janeiro, while also attempting to analyze the phenomenon of interdisciplinarity that permeates this entire process. The final considerations reinforce that, despite not having as much autonomy as other areas, Museology played the rules of the scientific field when its stakeholders claimed an object of study for themselves, and it happened in a specific and important space: the scientific and university fields, where Museology courses were established, in order to align it as a scientific discipline through the production and dissemination of specific knowledge, and to occupy a place in the most prestigious area of academic knowledge: the graduate sphere.

Key-words: Floresta Museology; Scientific field; Scientific capitals; Interdisciplinary; PPG-PMUS.

¹ O presente artigo é resultado parcial de nossa tese de doutorado: CARVALHO, Luciana Menezes de. *Do Museu à Museologia: Constituição e consolidação de uma disciplina*. Tese (Doutorado em Museologia e Patrimônio) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro/Museu de Astronomia e Ciências Afins/Programa de Pós-graduação em Museologia e Patrimônio, Rio de Janeiro, 2017. Orientadora: Tereza Cristina Moletta Scheiner.

* Museóloga, Mestre e Doutora em Museologia e Patrimônio - Unirio/Mast. Presidenta do Subcomitê Internacional de Museologia para América Latina e Caribe (ICOFOM LAC) e membro do *Board* do Comitê Internacional para a Museologia (ICOFOM). Museóloga da Escola de Museologia. E-mail: carvalho.lucianamenezes@gmail.com

“A experiência brasileira de pós-graduação nos últimos anos é a coisa mais positiva da história da educação superior no Brasil e é também a que tem que ser levada a sério”.²

Introdução: Sobre campo científico, capitais científicos e a Pós-Graduação

Campo, para Bourdieu, pode ser definido como um dado universo social, um âmbito de forças e de lutas que se articula, dialeticamente, para conservar-se e transformar-se; um “espaço social de relações objetivas” (BOURDIEU, 2012a, p. 64) entre diferentes instâncias/grupos e que, como sistema simbólico, possui uma realidade própria; um microcosmo relativamente autônomo que obedece a suas próprias leis. Ao mesmo tempo em que um campo responde ao macrocosmo (sociedade) e suas leis, ele dispõe de certa autonomia, que reside justamente nessa interface: o microcosmos (campo) se utiliza dos mesmos mecanismos de sua sociedade para se libertar das imposições externas e criar condições de reconhecer somente suas próprias imposições (BOURDIEU, 2003). E mesmo essas podem ser chamadas de capital: “cada campo é o lugar de constituição de uma forma específica de capital” (BOURDIEU, 2003, p. 26).

O campo científico pode ser definido como um campo de poder³. Entretanto, ele não é o único: toda a sociedade⁴, para Bourdieu, é constituída por um conjunto de campos ou, em suas exatas palavras, por “espaços de posições”, dispostos de forma hierárquica segundo regras estabelecidas por esses próprios campos, onde todos se subordinam “à mesma lógica de segmentação e polarização” (BOURDIEU, 2013, p. 18). O que está em jogo no campo científico é obter o monopólio da “competência científica” ou “capital científico”, isto é, a capacidade (ou o poder) de agir de forma autorizada e com autoridade, de forma legitimada e reconhecida pelo conjunto de pares (BOURDIEU, 1976, p. 1).

Espécie particular de capital simbólico, na teoria bourdieusiana, o capital científico é um capital específico constituído pela Ciência (ou pelo campo científico), pois “[...] cada campo é o lugar de constituição de uma forma específica de capital” (BOURDIEU, 2003, p. 26). São dois tipos de capitais científicos: o primeiro deles, institucional ou institucionalizado, conectado às posições importantes dos atores nas instituições científicas ou, também, que trata das posições que as próprias instituições, departamentos ou disciplinas ocupam na estrutura do campo científico. Trata-se de um capital de reprodução (“poder de nomear e fazer carreiras”) (BOURDIEU, 2003, p. 35).

² RIBEIRO apud SANTOS, 2003, p. 627.

³ Esta afirmativa é de Ione Valle na apresentação de BOURDIEU, 2013c, p. 17. Para Bourdieu, o campo universitário está inserido no campo do poder e no campo social (ibidem, p. 65).

⁴ Aqui vale ressaltar que toda a sociedade a que se refere Bourdieu é a sociedade ocidental. Não parece seguro estender essa afirmativa a todas as sociedades humanas.

O segundo capital científico seria um “poder de prestígio”, “puro”, isto é, uma lógica semelhante ao capital incorporado, que tem certa autonomia em relação ao primeiro, pois estaria totalmente voltado ao próprio “conjunto de pares”; destacando – ora o ator, ora a disciplina - dentre os pares do mesmo campo (BOURDIEU, 2003, p. 35).

As duas espécies de capital científico têm leis de acumulação diferentes: o capital científico ‘puro’ adquire-se, principalmente, pelas contribuições reconhecidas ao progresso da ciência, as invenções ou as descobertas [...]; o capital científico da instituição se adquire, essencialmente, por estratégias políticas (específicas) que têm em comum o fato de todas exigirem *tempo* – participações em comissões, bancas (de teses, de concursos), colóquios mais ou menos convencionais no plano científico, cerimônias, reuniões, etc. -, de modo que é difícil dizer se, como o professam habitualmente os detentores, sua acumulação é o princípio (a título de compensação) ou o resultado de um menor êxito na acumulação da forma mais específica e mais legítima de capital científico (BOURDIEU, 2003, p. 36, grifo do autor).

Os capitais científicos também diferem na sua transmissão: o capital científico “puro”, segundo tipo apresentado acima, é de difícil objetivação, impreciso, e se materializa no indivíduo de tal forma a ser incorporado, como dito antes; já o capital científico institucionalizado tem praticamente as mesmas regras de transmissão “que qualquer outra espécie de capital burocrático” (BOURDIEU, 2003, p. 36). Essas duas formas de capital podem coexistir no mesmo espaço coletivo.

Segundo Bourdieu, a teoria dos campos nos ajuda a distinguir os deslocamentos no interior de dado campo, associados ao acúmulo de capitais específicos, e os deslocamentos entre os campos, nos quais capitais de uma espécie são convertidos em capitais de outra espécie (BOURDIEU, 2012b). No atual cenário, onde perspectivas interdisciplinares são privilegiadas, em detrimento das disciplinares, ter em conta que esses movimentos também dependem de atores é imprescindível para a análise. E nenhuma outra espécie de instituição é mais contraditória que a Pós-Graduação: ao mesmo tempo em que se consolidam as investigações de dada área, dando a elas o mais alto grau de cientificidade, o discurso da interdisciplinaridade é o que impera, pelo menos no cenário brasileiro, como veremos em seguida.

Neste trabalho, apresentamos como as duas formas de capital científico acima descritas podem ser referências de análise para o processo da Pós-Graduação no Brasil, em especial no nosso estudo de caso: o Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, no Rio de Janeiro. Tentaremos, ainda, analisar o fenômeno da interdisciplinaridade que perpassa todo esse processo.

Capital científico institucionalizado: a Pós-Graduação no Brasil

Na proposta do Estatuto das Universidades Brasileiras, no início da década de 1930, Francisco Campos recomendou a implantação de algo que viria a ser a primeira experiência de pós-graduação no Brasil aos moldes europeus: o curso de Direito da então Universidade do Brasil e a Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade de São Paulo iniciaram cursos sob esses moldes (SANTOS, 2003). Segundo Santos (2003), foi na década de 1940 que o termo “pós-graduação” apareceu, formalmente, pela primeira vez: no artigo 71 do Estatuto da Universidade do Brasil. Na década seguinte, acordos entre Estados Unidos e Brasil foram realizados, firmando convênios entre escolas e universidades de ambos os países.

Em 1965, o então Ministro da Educação solicitou ao conselho do MEC um parecer sobre parâmetros para a Pós-Graduação no Brasil⁵. Segundo Santos e Azevedo (2009), antes desse parecer já existiam 38 cursos de pós-graduação em funcionamento; porém o que não havia eram os parâmetros – fins e objetivos – da pós-graduação para a realidade brasileira. No documento do parecer consta que era do entendimento do Ministro que os cursos de pós-graduação deveriam ser desenvolvidos em dois ciclos consecutivos – de mestrado e doutorado - tendo como exemplo o sistema norte-americano (BRASIL, 1965). Esses cursos deveriam ser, de preferência, lotados nas universidades, e não em estabelecimentos isolados, que por sua vez necessitariam de uma prévia autorização do Conselho do MEC para seu funcionamento (BRASIL, 1965). Segundo o Conselho do MEC, as origens da pós-graduação no cenário norte-americano, que viria a servir de modelo, se deram da seguinte forma:

[...] o desenvolvimento sistemático da pós-graduação nos Estados Unidos pode ser considerado como produto da influência germânica e coincide com as grandes transformações das universidades americanas nas últimas três décadas do século passado. É quando a universidade deixa de ser uma instituição apenas ensinante e formadora de profissionais para dedicar-se às atividades de pesquisa científica e tecnológica. Na verdade, a pós-graduação adquire seu grande impulso com a fundação da Universidade Johns Hopkins em 1.876, criada especialmente para desenvolver estudos pós-graduados e inspirada na idéia da **creative scholarship**. Isto é, uma universidade destinada não somente à transmissão do saber já constituído, mas voltada para a elaboração de novos

⁵ Já era prevista na Lei de Diretrizes e Bases, no art. 69 que apresentava as três grandes categorias de cursos universitários, a existência dos cursos de pós-graduação. No entanto, considerando o cenário ainda praticamente ausente de programas nesse nível, viu-se a necessidade definir parâmetros (BRASIL, 1965).

conhecimentos mediante a atividade de pesquisa criadora (BRASIL, 1965, p. 2, grifo do autor).

A pós-graduação, ainda nos primórdios da realidade americana, seria o lugar, por excelência, da pesquisa científica e capacitaria os futuros docentes dos cursos universitários. A pós-graduação foi, ao longo do século XX, tornando-se o espaço que reivindicaria para si o *status* de lugar de primazia para produção de conhecimentos científicos e tecnológicos, deixando à graduação “os conhecimentos básicos de sua ciência e de sua profissão” (BRASIL, 1965, p. 2).

No caso brasileiro, a escolha pelo modelo americano, segundo Santos e Azevedo (2009, p. 536-537), se deu porque esse viabilizava e privilegiava um determinado projeto de sociedade: um “[...] modelo desenvolvimentista que aprofundava a internacionalização do mercado interno e que agudizou nossa situação de dependência. O desenvolvimento e a afirmação da pós-graduação [...] se baseava em pressupostos da teoria do capital humano”. Como parte desse projeto, uma formação de recursos humanos de alto nível era imprescindível para seu sucesso – e tal formação não seria possível apenas se existisse um único nível de capacitação:

Tudo isso nos mostra que sendo ilusório pretender-se formar no mesmo curso o profissional comum, o cientista e o técnico de alto padrão, e tornando-se cada vez mais inviável a figura do técnico polivalente, temos de recorrer necessariamente aos estudos pós-graduados, seja para completar a formação do pesquisador, seja para o treinamento do especialista altamente qualificado (BRASIL, 1965, p. 2).

Ressaltou-se, entretanto, que não se deveria transferir totalmente à pós-graduação a responsabilidade pela produção científica, sendo a graduação ainda um espaço para tal – contudo, seria a graduação responsável por introduzir o discente à pesquisa científica, visto que os estudantes poderiam ter diferentes interesses na graduação: tanto a pesquisa como a formação profissional (BRASIL, 1965).

Nesse mesmo parecer, é definida pela primeira vez a distinção entre *lato sensu* e *stricto sensu*. Os cursos de especialização – *lato sensu* – seriam responsáveis por introduzir o discente em um domínio científico e técnico de dado recorte da área do saber ou da profissão, com sentido eminentemente prático-profissional (BRASIL, 1965); os cursos *stricto sensu*, além de serem fundamentais para a universidade (segundo o próprio documento, a universidade não existiria como tal sem programas de Mestrado e Doutorado), estariam voltados a uma ampla competência científica em dado ramo do

conhecimento, sendo de natureza acadêmica e de pesquisa e com objetivos científicos (BRASIL, 1965).

Viu-se, portanto, a necessidade de regulamentar os cursos de pós-graduação, criando critérios institucionalizados (capitais) para a aprovação desses e, mais ainda, de seu reconhecimento enquanto tal. Como vemos em Bourdieu, o poder simbólico só é eficaz quando reconhecido de forma tal que se passe despercebido. No caso da Pós-Graduação, não apenas nomina os indivíduos, com o grau de Mestre ou Doutor, como cientistas ou especialistas em dada área; mas também designa aos cursos o poder de delegar os mais altos títulos: “O simples fato de que um estabelecimento tenha seus cursos de graduação reconhecidos, não significa que se encontra realmente habilitado para instituir a pós-graduação” (BRASIL, 1965, p. 8).

Entretanto, para que uma instituição de ensino ou pesquisa possa sediar um programa de pós-graduação, é obrigatório que a área pretendida já possua previamente um grupo de pesquisa consolidado (BRASIL, 2001). A agência governamental que regulamenta, fiscaliza e dá o parecer para criação de um novo programa de pós-graduação é a Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES⁶. Na atualidade, os programas de pós-graduação, em nível de Mestrado e Doutorado, estão sujeitos não somente à autorização, como também ao reconhecimento e à renovação por parte dessa agência, conforme parágrafo 1º do artigo 1º de resolução específica do Conselho Nacional de Educação:

§ 1º A autorização, o reconhecimento e a renovação de reconhecimento de cursos de pós-graduação *stricto sensu* são concedidos por prazo determinado, dependendo de parecer favorável da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, fundamentado nos resultados da avaliação realizada pela Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES e homologado pelo Ministro de Estado da Educação⁷.

Sobre a proposta para um programa, são avaliados os seguintes critérios:

a) a coerência, consistência, abrangência e atualização das áreas de concentração, linhas de pesquisa, projetos de pesquisa em andamento e o currículo do curso; b) o planejamento do

⁶ Antiga Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, foi criada em 11 de julho de 1951. Na página da CAPES, subentende-se que o conselho que elaborou o parecer de 1965 era a fundação, ou no mínimo, tinha alguma conexão com a atual CAPES. BRASIL. CAPES. HISTÓRIA e Missão. Disponível em <<https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/historia-e-missao>>. Acesso em 19 mai. 2021.

⁷ BRASIL. RESOLUÇÃO CNE / CES N. 1. de 3 de abril de 2001. Estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rces001_01.pdf>. Acesso 20 dez. 2016.

programa com vistas a seu desenvolvimento futuro, contemplando os desafios internacionais da área na produção de conhecimentos, seus propósitos na melhor formação de seus alunos, suas metas quanto à inserção social mais rica dos seus egressos, conforme os parâmetros da área; c) a infraestrutura para ensino, pesquisa e, se for o caso, extensão; d) processos de autoavaliação, entre os quais, credenciamento e descredenciamento docente (BRASIL, 2016, p. 6).

As avaliações dos programas de pós-graduação pela CAPES eram trienais até 2014, passando para quadrienais a partir de então; com a gestão de Abílio Baeta Neves (1995-2003), adotou-se a escala de notas de 1 a 7 (VOGEL, 2015), com os seguintes critérios para pontuação: proposta do programa, corpo docente, corpo discente, teses e dissertações, produção intelectual e inserção social (VOGEL, 2015). Segundo Batista (apud Vogel, 2015), os critérios mudaram porque 75% dos cursos já tinham atingido os conceitos máximos anteriores (A e B). Atualmente, os conceitos 6 e 7 são considerados de alta excelência e só atingidos por programas consolidados e reconhecidos internacionalmente – “até porque havia necessidade de um diferencial maior” (BATISTA apud VOGEL, 2015, p. 49). Não é possível inferir que se trata de uma necessidade essencial ao processo de busca por excelência dos programas, mas sim, implicitamente, como uma necessidade de distinção entre iguais, criada pelo próprio campo: o campo científico cria e, é possível ousar dizer que, sempre criará mecanismos de distinção entre os membros de seus espaços, com novos capitais científicos a serem almejados. Além dos critérios de conceitos para programa, há critérios para definir a importância dos periódicos, livros e trabalhos artísticos, como o *Qualis*, da Capes (VOGEL, 2015). Para Bourdieu, é importante que as avaliações sejam colocadas em xeque, pois

[...] tenho sérias dúvidas e seriamente fundadas sobre a capacidade das instâncias administrativas para produzirem avaliações realmente objetivas e inspiradas. E isso fundamentalmente porque o fim real de suas operações de avaliação não é a da própria avaliação, mas o poder que ela permite exercer e acumular controlando a reprodução do corpo (BOURDIEU, 2003, p. 62-63).

Segundo Santos e Azevedo, o cenário da Pós-Graduação no Brasil é favorável e goza de reconhecimento por parte da comunidade científica tanto a nível nacional quanto internacional. Esse reconhecimento, segundo esses autores, é fruto das próprias políticas públicas para a Pós-Graduação, com uma expressiva e contínua qualidade nas últimas décadas, e que por sua vez coloca essa instância como “[...] um dos melhores segmentos do sistema educacional brasileiro sob o critério do nível de qualidade

alcançado” (SANTOS; AZEVEDO, 2009, p. 535). Ainda, a produção científica ficou conhecida como restrita, basicamente, à pós-graduação – fato esse que reforça o “binômio pós-graduação/pesquisa” e cria uma cisão que destina à docência a graduação e, à pós-graduação, a pesquisa, “fragmentando e hierarquizando as atividades acadêmicas” (SANCHES, 2003; SANTOS; AZEVEDO, 2009, p. 541).

Assim, o campo científico brasileiro cria seu órgão máximo que gerencia e distribui capitais científicos institucionalizados da Pós-Graduação, segundo critérios que se modificam conforme as “necessidades” – reais ou inventadas: a CAPES, instituição essa que estabelece com os programas de pós-graduação brasileiros um formidável exemplo de disputas por posições e capitais.

Em busca de capitais científicos institucionalizados: caminhos da Pós-Graduação em Museologia no Brasil

Para Rússio, considerando o fato de que o estudo dos museus e da Museologia exige um caráter interdisciplinar, esse só seria “viável e exequível em nível pós-graduado, quando os estudantes já possuem domínio de uma disciplina, na qual estão ‘formados’” (RÚSSIO, 2010a, p. 234). Mas existiram outros fatores que foram cruciais para a defesa de Rússio pelos cursos de pós-graduação em Museologia: quanto à instituição – vinculado à Escola Pós-graduada de Ciências Sociais da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP), um curso de especialização em Museologia seria beneficiado com sua estrutura e forma pedagógicas e, principalmente, tendo a interdisciplinaridade como método; e quanto ao momento – no final da década de 1970, tinha-se em conta a ausência de centros formadores da área em São Paulo (RÚSSIO, 2010a). Segundo Coelho (2015), Rússio se tornaria a personalidade central para a efetiva instauração da especialização em Museologia em São Paulo. Em 1977, Rússio foi nomeada Professora pesquisadora com a responsabilidade de elaborar a proposta do Curso de Especialização de Museologia, com a participação da Diretoria para Assuntos Universitários da FESPSP.

A criação dessa especialização levou em conta: uma resolução do MEC de 1977 que estimulava a criação de cursos de pós-graduação; uma recomendação do Conselho Internacional de Museus - ICOM, de 1965, que recomendava uma formação complementar – em nível de pós-graduação – específica de Museologia, para profissionais de outras áreas que atuavam em museus; e considerações mínimas

apresentadas pelo ICTOP⁸ e contidas no *syllabus* estabelecido em 1972 para “programas de ensino museológico e museográfico nas universidades” (RÚSSIO, 2010, p. 256).

Os cursos de especialização em Museologia de São Paulo surgiram em 1978, na forma de três módulos: Pequenos Museus, Museus de Arte e História e Museus de Ciência e Técnica. Com o cumprimento desses módulos e de seminários interdisciplinares, o discente, após o término da especialização, poderia pleitear a entrada no Mestrado da FESP, tendo já créditos cumpridos⁹. Segundo Coelho, “[...] a Pós-graduação em Museologia da FESPSP/MASP foi autorizada pelo MEC, com carga horária de 375 horas/aula por módulo que abordava temáticas distintas vinculadas aos casos brasileiros, juntamente com fundamentos da formação museográfica e museológica” (COELHO, 2015, p. 100). Esse curso se iniciou como especialização e, em 1979, “[...] seus alunos e professores reivindicaram sua autonomia em Departamento ou Instituto e sua transformação em mestrado” (RÚSSIO, 2010b, p. 257). Em 1983 se iniciou o processo de transformar o Curso em “Instituto de Museologia de São Paulo / Fesp” e, em 1984, com a lei de regulamentação da profissão, o curso pleitearia ainda a criação do Mestrado (RÚSSIO, 2010b)¹⁰.

Segundo Coelho, a base do Instituto de Museologia era a interdisciplinaridade, e tinha como princípios:

- (1) A MUSEOLOGIA é uma ciência do homem e da sociedade;
- (2) O conhecimento MUSEOLÓGICO é, no mínimo, um conhecimento científico e deve ser ensinado com RIGOR DO PENSAMENTO (CIENTÍFICO) INERENTE ÀS CIÊNCIAS;
- (3) A MUSEOLOGIA constitui um campo específico do conhecimento (lógico, racional, sistêmico) que não prescinde de sua prática;
- (4) A MUSEOLOGIA enquanto ciência se ocupa do FATO MUSEOLÓGICO (dentro de um PROCESSO) e usa o método INTERDISCIPLINAR (COELHO, 2015, p. 104-105).

Com a aprovação da lei que regulamenta a profissão de museólogo, não só a formação em nível de graduação seria aceita para o registro de museólogo: os níveis de Mestrado e Doutorado seriam aceitos para exercício profissional. Essa reivindicação foi defendida, principalmente, pelo grupo de São Paulo. Nos anos de 1986 e 1987, o Instituto de Museologia solicitou à CAPES o credenciamento para o Mestrado e

⁸ *International Committee for the Training of Personnel* (Comitê Internacional de Formação de Pessoal para Museus - ICTOP) do Conselho Internacional de Museus (ICOM).

⁹ Essas informações foram esclarecidas pela Prof^a. Dr^a. Cristina Bruno (ex-aluna da referida especialização e atual docente do Curso de Pós-Graduação em Museologia da USP), em conversas por e-mail.

¹⁰ Tal processo de implantação do Instituto de Museologia recebeu subsídios, para seu desenvolvimento e implantação, do Curso de Museologia da UNIRIO, conforme Scheiner et al (2004, p. 12).

Doutorado e, apesar do empenho, teve dificuldades na aprovação do credenciamento do Mestrado, que não veio a ocorrer (COELHO, 2015).

Enquanto isso, no cenário carioca, na então Universidade do Rio de Janeiro (UNIRIO)¹¹, em 1983 Tereza Scheiner, Gabriella Pantigoso e Liana Ocampo elaboraram o projeto de um Curso de Especialização na Escola de Museologia, intitulado “Curso de Especialização em Ação Educativa e Cultural nos Museus”, com carga horária prevista de 450 horas e em parceria com o Museu Histórico Nacional (MHN). O público-alvo do curso seriam os próprios graduados em Museologia e profissionais oriundos de outras áreas, desde que esses possuíssem experiência em ações educativas em museus, atuando ainda em museus ou instituições congêneres. Como justificativa para a existência do curso, as proponentes apontaram que

[...] faltavam aos museólogos conhecimentos especiais de Pedagogia, Comunicação, Didática, etc., que possibilitassem a elaboração de projetos adequados. Por outro lado, os profissionais das áreas de Pedagogia, Comunicação, etc., não possuíam conhecimentos de estruturas e funções dos Museus, não estando aptos a utilizar a real potencialidade dessas Instituições (SCHEINER *et al.*, 1983, p. 3).

Desde a primeira experiência de criar uma pós-graduação em Museologia, tanto em São Paulo quanto na UNIRIO, foi valorizado o seu caráter interdisciplinar: “[...] um Curso de Especialização em ‘Ação Educativa e Cultural nos Museus’, estruturado a partir da interdisciplinaridade, conjugando diversas áreas de conhecimento da Museologia” (SCHEINER *et al.*, 1983, p. 3). Esse curso foi reconhecido pela CAPES na modalidade de curso *lato sensu*, foi implantado e funcionou durante cinco anos (1983-1988) (SCHEINER *et al.*, 2004).

Em 1984, foi desenvolvida outra proposta de Curso de Especialização, denominado “Processamento Técnico de Coleções”, com carga horária de 360 horas. Segundo Scheiner e Pantigoso, esse curso se justificava pois “[...] é fato notório que o estudo da Museologia confere ao profissional maior segurança ao processamento técnico das coleções de Museus. Cada vez mais museus necessitam de profissionais que exerçam com segurança e critério as tarefas museográficas” (SCHEINER; PANTIGOSO, 1984, p. 3). Esse curso também apresentava “uma estrutura interdisciplinar” (SCHEINER; PANTIGOSO, 1984, p. 3) e era voltado para graduados em Museologia ou com experiência prática em processamento de coleções.

¹¹ Atual Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

Tal projeto de curso de especialização chegou a ser aprovado no Colegiado da Escola de Museologia e no Conselho do Centro de Ciências Humanas e Sociais (CCH) da UNIRIO, porém, por razões de política interna, não foi encaminhado aos conselhos superiores para aprovação (SCHEINER *et al.*, 2004).

Ainda em 1984, foi desenhado um projeto de Mestrado em Museologia, em convênio com a Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio de Janeiro, a pedido do então Programa Nacional de Museus. Tal parceria mostrou-se viável porque já existiam na PUC disciplinas em nível de pós-graduação que atendiam à proposta e que poderiam complementar a estrutura curricular de um Mestrado (SCHEINER; PANTIGOSO, 1984).

Segundo Scheiner e Granato (2016), o processo de elaboração de um programa de Pós-Graduação em Museologia *stricto sensu* que iria resultar no atual Programa (PPG-PMUS) iniciou-se, de fato, na década de 1990, com discussões acerca de uma proposta por professores do Departamento de Estudos e Processos Museológicos – DEPM, além de ações que viabilizaram a capacitação de professores do quadro ainda sem titulação de Mestrado e Doutorado.

No início da década seguinte, um novo grupo de trabalho foi constituído para elaborar uma proposta de programa, a ser desenvolvido em rede com várias instituições, algo incentivado pela CAPES; entretanto essa mesma instituição não aprovou a primeira proposta; segundo Scheiner e Granato (2016, p. 14), esse fato ocorreu porque a CAPES, “aparentemente, não possuía naquele momento condições de avaliar programas estruturados dessa forma”. Foi então decidido escolher apenas uma instituição como parceira principal e o Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST) foi a instituição selecionada. A proposta foi aceita e sua aprovação informada oficialmente em março de 2006. Nascia aí o Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio (PPG-PMUS), cujas atividades acadêmicas, na modalidade Mestrado, foram iniciadas em agosto de 2006 (SCHEINER; GRANATO, 2016), fatos esses que veremos, mais detalhadamente, no item que segue.

Capital Científico “puro”: trajetória e constituição do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio – PPG-PMUS

A primeira proposta para a criação de um programa de pós-graduação *stricto sensu* em Museologia na UNIRIO foi elaborada entre 1997 e 2004 e enviada à CAPES em 2004. Para o desenho do Programa foram analisadas, entre 1997 e 2002, estruturas curriculares de Programas de Pós-Graduação em Museologia, Patrimônio e áreas afins

do Brasil e do exterior, com o intuito de, além de gerar subsídios para o Programa a ser criado, desenvolver parcerias e estabelecer redes. Em seguida, foi criado um grupo de trabalho, composto por professores da Escola de Museologia da UNIRIO e especialistas de diferentes níveis de formação, sob a coordenação da Profa. Tereza Scheiner. Esse grupo realizou uma série de reuniões entre 1999 e 2000 e, como resultado, analisou a proposta de programa desenvolvida nos anos 1980 pela Escola de Museologia e elaborou a primeira versão do novo projeto (SCHEINER *et al.*, 2004).

Entre os anos de 2000 e 2003, a Escola concentrou-se na implantação do Curso de Turismo, deixando o projeto da pós-graduação à espera de oportunidade para ser efetivado. Em 2004, um novo grupo de trabalho foi constituído. A proposta do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio foi aprovada no Departamento de Estudos e Processos Museológicos (DEPM) em 6 de julho de 2004, em reunião extraordinária do departamento, exclusiva para tratar desse assunto, com a aprovação consecutiva nas demais instâncias da UNIRIO e com o envio posterior à CAPES (UNIRIO, 2004).

Como argumento inicial, ainda na introdução, Scheiner *et al.* (2004, p. 3) apontaram que, considerando as especificidades da Museologia “como campo do conhecimento, observa-se o surgimento continuado de questões básicas, cuja discussão e análise deveria configurar um marco permanente de preocupação no universo acadêmico”. Esse marco no universo acadêmico, especificamente no caso da Museologia, deveria também incorporar a “categoria patrimônio”, isto é, “[...] os processos e produtos da natureza e da cultura dos dias atuais, para tornar possível que estes testemunhos sejam incorporados e cheguem às futuras gerações” (SCHEINER *et al.*, 2004, p. 4).

A iniciativa justificava-se pelo fato de já existir uma Museologia “presente e atuante no panorama cultural e acadêmico do país” que, portanto, demandava “mão de obra com qualificação adequada a este trabalho, em todos os níveis” (SCHEINER *et al.*, 2004, p. 4). Como antecedentes que geraram um cenário favorável à iniciativa da pós-graduação *stricto sensu*, foi apresentado um projeto de pesquisa intitulado “Museu-Comunidade pela Educação Ambiental”, existente desde o início da década de 1990 e que gerou, entre os anos de 1991 e 1994, dois cursos de extensão, uma pesquisa de campo e um Manual de Educação Ambiental que, inclusive, foi agregado ao Centro de Documentação do ICOM¹². Os autores destacam a reforma curricular de 1996/1997, que

¹² Os autores destacam também a menção que Paulo Freire fez ao manual em seu livro “Pedagogia da Esperança” (SCHEINER *et al.*, 2004, p. 4).

se assemelhava à proposta do Programa, tendo nesse a sua continuidade, visto que o “[...] **desenho curricular do Curso de Graduação em Museologia fundamenta-se, hoje, nas relações entre Museu, Museologia e Patrimônio Integral**, incluindo conteúdos disciplinares específicos aos estudos teóricos e práticos sobre essas relações” (SCHEINER *et al.*, 2004, p. 5, grifo dos autores). Ainda, a reforma curricular¹³ estava estruturada de modo a privilegiar linhas de pesquisa e projetos específicos para Museologia, Patrimônio e Desenvolvimento (SCHEINER *et al.*, 2004, p. 5).

Percebe-se, na argumentação, que essa se sustenta principalmente por uma possível demanda externa à Escola de Museologia: o campo universitário brasileiro demandava tanto a maior titulação de seu corpo docente como a ampliação, em diferentes níveis, das áreas sob sua tutela. A própria área da Museologia criou uma demanda pela pós-graduação ao permitir que seus egressos obtivessem o registro de Museólogo – algo geralmente destinado aos graduados de uma área¹⁴.

Em consequência da reforma curricular de 1996/1997, foram criadas, a partir de 1997, duas linhas de pesquisa no âmbito do DEPM: Museu e Museologia; e Museologia, Patrimônio Integral e Desenvolvimento. Como conceitos teóricos fundamentais, o Programa tomou o Museu como fenômeno cultural dinâmico; a Museologia como disciplina científica e independente, “que apresenta postulados próprios, um sistema e metodologias de estudo específicas”; e Patrimônio como um conceito polissêmico (SCHEINER *et al.*, 2004, p. 13). No caso desse último, sua inserção na Museologia se justificaria pelo seguinte postulado:

A Museologia, na sua prática, permite realizar ações que concorram para a melhoria de qualidade de vida do homem e para a valorização do seu patrimônio natural/ cultural (patrimônio integral): o planeta Terra e a vida, em todas as suas manifestações; **através da Museologia, a ação patrimonial se articula**, permitindo às diferentes sociedades reconhecer os movimentos de sintonia entre tendências contraditórias e complementares, de racionalização e subjetivação, de integração e transformação da ação coletiva, em contextos sócio-históricos específicos [...] Bem aplicada, **a Museologia pode constituir importante instrumento de reconhecimento e valorização social**, influenciando de modo abrangente interesses políticos e culturais e permitindo o desenvolvimento

¹³ Para mais detalhes sobre a referida reforma curricular, ver: CARVALHO, Luciana Menezes de. *Do Museu à Museologia: Constituição e consolidação de uma disciplina*. Tese (Doutorado em Museologia e Patrimônio) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro/Museu de Astronomia e Ciências Afins/Programa de Pós-graduação em Museologia e Patrimônio, Rio de Janeiro, 2017. Orientadora: Tereza Cristina Moletta Scheiner.

¹⁴ Conforme a Lei nº 7.287, de 18 de dezembro de 1984, que dispõe sobre a Regulamentação da Profissão de Museólogo. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7287.htm>. Acesso: 05 jan. 2017.

de uma ação patrimonial que produza as condições de conhecimento e reconhecimento, de salvaguarda e gestão de recursos, de apropriação e criação do patrimônio como projeto coletivo. Neste sentido, a Museologia se realiza enquanto agente de desenvolvimento integrado, concorrendo para o progresso da sociedade humana, em contextos plurais (SCHEINER *et al.*, 2004, p. 13-14, grifo dos autores).

As linhas de pesquisa Museu e Museologia e Museologia, Patrimônio Integral e Desenvolvimento foram mantidas como linhas de pesquisa do Programa, com o objetivo claro de manter uma continuidade com as pesquisas desenvolvidas no âmbito da graduação em Museologia na UNIRIO (SCHEINER *et al.*, 2004). Visando consolidar a proposta, foi criado, em 2003, o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Museologia, Patrimônio e Turismo - NUCLEM, com o objetivo de desenvolver estudos teóricos e ações sobre Museologia, Patrimônio e Turismo, “destinado ao desenvolvimento de planos, programas e projetos que tornem possível a aplicação dos princípios e metodologias próprios da Museologia e dos estudos patrimoniais (incluindo o Turismo Cultural) às necessidades de conhecimento, proteção, interpretação e divulgação do patrimônio integral da Humanidade” (SCHEINER *et al.*, 2004, p. 23).

A proposta também usou das seguintes prerrogativas: 1) ser instaurada no âmbito da Escola de Museologia – o curso mais antigo da área no Brasil e na América Latina; 2) esse curso ter sediado congressos e seminários internacionais da Museologia, dentre os quais destacaram-se eventos sob a tutela do ICOM - as Trienais Mundiais de Museologia (TRIOMUS) e reuniões de Comitês Internacionais do ICOM, tais como o Comitê Internacional de Educação e Ação Cultural nos Museus (ICOM/CECA), o ICTOP e o ICOFOM¹⁵ – “[...] estes dois últimos eventos realizados pela Escola de Museologia da UNIRIO, a pedido das autoridades do ICOM e com grande sucesso acadêmico” (SCHEINER *et al.*, 2004, p. 20); e 3) a inexistência, no Brasil, de programas de Pós-Graduação *stricto sensu* na área, o que prejudicaria “a complementação e aprofundamento dos estudos específicos de Museologia”, visto que os profissionais, para estudos nesse nível, “[...] vêm-se compelidos a buscar programas de Mestrado e Doutorado que nem sempre atendem às suas expectativas, necessidades, interesses e qualificações” (SCHEINER *et al.*, 2004, p. 23).

Em novembro de 2004, a CAPES enviou parecer negativo à implantação do Programa, no qual informava que, mesmo considerando a pertinência e relevância da proposta, essa tinha algumas pendências. No ano seguinte, em janeiro, o então grupo

¹⁵ ICOFOM *International Committee for Museology* (Comitê Internacional de Museologia) do ICOM.

formador do PPG-PMUS enviou um recurso, no qual respondia a cada item pendente demonstrado pela CAPES.

Como justificativa para a proposta, o grupo também destacou:

Observe-se ainda que a Museologia é um **campo disciplinar em processo de consolidação**, o que se faz visível pelo fato de tantos professores e pesquisadores, com larga experiência na área da Museologia tanto no Brasil como no exterior, terem desenvolvido suas pesquisas de Mestrado e Doutorado em áreas afins. **A existência de um Programa de Pós-graduação *stricto sensu* em Museologia e Patrimônio permitirá que esta experiência seja agora direcionada para o próprio campo**, permitindo o desenvolvimento de estudos e projetos relevantes para a sua consolidação e contribuindo para a sistematização de saberes teóricos e práticos vinculados à Museologia e ao Patrimônio (PPG-PMUS, 2005, p. 22, grifo dos autores).

Foi alterado então o plano associativo do Programa, tendo-se optado por manter uma rede de natureza interinstitucional e transnacional, mas priorizando, para a gestão do Programa, a modalidade “associação parcial”. Como parceiro dessa associação foi escolhido o MAST, como dissemos anteriormente, com o qual a área de Museologia da UNIRIO já desenvolvia interfaces. O recurso encaminhado à CAPES “[...] considera a UNIRIO (principal) e o Museu de Astronomia e Ciências Afins/Ministério de Ciência e Tecnologia dois nodos centrais desta complexa rede acadêmica” (PPG-PMUS, 2005, p. 8).

Nesta proposta, a UNIRIO é definida no Parágrafo Primeiro do Convênio que Celebrou com o Museu de Astronomia e Ciências Afins-MAST, reconhecido instituto de pesquisa do Ministério da Ciência e da Tecnologia, com o objetivo de desenvolver o Curso de Pós-Graduação, como 'instituição responsável' por este projeto. Este Convênio consolida uma situação que se aprofunda desde o ano de 2004, em que a UNIRIO e o MAST desenvolvem uma produtiva interface em projetos de pesquisa e extensão. O Convênio realizado com o MAST é um importante instrumento que regula os interesses e estratégias que movem o Programa. O Convênio é a afirmação jurídica e institucional que demonstra o caminho de nossa opção e do modo que trabalhamos. O Convênio consolida a política de constituição da rede (PPG-PMUS, 2005, p. 8-9).

O projeto foi reavaliado e a CAPES divulgou o resultado da aprovação do PPG-PMUS, na modalidade Mestrado, em março de 2006 (CAPES, s/d); o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da UNIRIO aprovou, em 11 de maio de 2006, a implantação do PPG-PMUS (UNIRIO, 2006b), e a Portaria de aprovação foi promulgada

pelo Reitor em 15 de maio de 2006 (UNIRIO, 2006a). Em abril de 2006, realizou-se a primeira reunião do Colegiado do PPG-PMUS, institucionalizando, a partir de então, a existência do Programa. Nessa reunião, foi escolhida como coordenadora do PPG-PMUS a Profa. Dra. Tereza Scheiner e indicado como vice-coordenador o Prof. Dr. Marcus Granato¹⁶, representando o Museu de Astronomia e Ciências Afins, instituição que cossediaria o programa e que viria a aceitar a vice coordenação na reunião seguinte¹⁷. Ficou acordado que as atividades acadêmicas do PPG-PMUS seriam iniciadas em agosto de 2006, com o ingresso da primeira turma de mestrandos. Na segunda reunião, foi aprovada a implantação de uma revista eletrônica, indexada e de cunho acadêmico, que viria a ser a Revista Eletrônica Museologia e Patrimônio. O primeiro volume da Revista Museologia e Patrimônio foi publicado em 2008 e, atualmente, a Revista possui Qualis B1 para Comunicação e Informação; e B2, para Antropologia & Arqueologia, História e Interdisciplinar¹⁸.

Em 2009 foi alterada, em parte, a estrutura curricular do Programa visando a submissão seguinte, de acordo com a Apresentação de Propostas de Cursos Novos (APCN) para o nível de Doutorado, levando em conta duas necessidades: 1) possibilitar a todos os discentes o cumprimento de disciplinas consideradas fundamentais para a área da Museologia e Patrimônio, como Teoria e Metodologia da Museologia, Teoria do Patrimônio e Museologia e Documentação, tornadas obrigatórias para os alunos de ambas as linhas; e 2) Museologia e Comunicação e Museologia e Conservação foram tornadas obrigatórias, respectivamente, para os alunos das Linhas 1 e 2.

Assim, foi enviada a proposta de um curso de Doutorado à Capes, que realizou uma visita em maio de 2010, fazendo recomendações e alterações. Na proposta, além da Associação Simples entre UNIRIO e MAST, foi sugerida a inclusão de um terceiro parceiro - o Museu Paraense Emilio Goeldi, proposta essa não recomendada pela CAPES. Em consequência, em 2010, foi encaminhada uma nova proposta no APCN, com as recomendações e alterações sugeridas, dentre elas, a ampliação do corpo permanente de professores credenciados para o Doutorado, de seis para dez (PPG-PMUS, 2010a).

¹⁶ ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DE COLEGIADO DO DEPARTAMENTO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MUSEOLOGIA E PATRIMÔNIO. Rio de Janeiro: UNIRIO, 19/4/2006. Coleção: Tereza Scheiner.

¹⁷ ATA DA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA DE COLEGIADO DO DEPARTAMENTO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MUSEOLOGIA E PATRIMÔNIO. Rio de Janeiro: UNIRIO, 10/5/2006. Coleção: Tereza Scheiner.

¹⁸ POLÍTICAS EDITORIAIS. Disponível em:

<<http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/about/editorialPolicies#publicationFrequency>>. Acesso em 19 mai. 2021.

Algumas questões foram as mesmas colocadas na Caracterização da Proposta para a implantação do Programa, em 2005. Entretanto, como demanda para o Curso de Doutorado, ressaltou-se a existência de doze novos cursos de Graduação em Museologia, até então, com a necessidade de espaços para formação de Mestres e Doutores; e ainda a parceria com a recente Rede de Professores de Museologia¹⁹, com a Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ANCIB)²⁰ e com cursos de Museologia. Para o PPG-PMUS, a implantação do Doutorado permitiria a consolidação de “estudos teóricos de alto nível sobre as relações entre Museologia e Patrimônio”, ampliando e aprofundando as discussões propiciadas pelo Mestrado, por meio da geração de Doutores para atuar na área da Museologia e com ações patrimoniais (PPG-PMUS, 2010a). Na justificativa, dentre os itens mencionados, damos destaque à:

[...] necessidade de titulação de profissionais para exercer a docência nos novos Cursos de Graduação implantados no país, neles constituindo novos grupos de pesquisa, com vistas à implantação de futuros programas de Pós-graduação específicos do campo; [...] Com a implantação do Doutorado, o Programa de Pós-graduação em Museologia e Patrimônio poderá ampliar sua atuação e consolidar-se, enfim, como vigoroso centro de rede para estudos museológicos e patrimoniais em toda a região latino-americana, através do estabelecimento de convênios e acordos de cooperação internacional; e também no âmbito das cátedras regionais e internacionais de trabalho acadêmico - processo este que já se encontra em andamento (PPG-PMUS, 2010a).

O PPG-PMUS baseou-se em um argumento da própria CAPES, que, juntamente com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), vinha enfatizando “[...] a importância da existência de programas completos, com Mestrado e Doutorado” (PPG-PMUS, 2010a). Tal premissa levou o PPG-PMUS a ser estruturado como programa completo desde sua primeira proposta; o próprio nome, “Programa de Pós-graduação em Museologia e Patrimônio” (PPG-PMUS, 2010a), revela que a intenção foi sempre a de implantar um Programa nos dois níveis. Outra questão importante levantada pelo PPG-PMUS foi que a ampliação para o Doutorado possibilitaria o desenvolvimento da carreira de Pesquisador em Museologia e

¹⁹ Essa rede, intitulada “Rede de Professores e Pesquisadores do Campo da Museologia”, gerou dois encontros: o I, II e III Seminário Brasileiro de Museologia - SEBRAMUS, na Universidade Federal de Minas Gerais (Belo Horizonte), na Universidade Federal de Pernambuco e a Fundação Joaquim Nabuco (Recife) e na Universidade de Brasília, respectivamente.

²⁰ No caso da ANCIB, tal parceria resultou na criação de um Grupo de Trabalho intitulado “Museu, Patrimônio e Informação”, no âmbito dessa instituição.

Patrimônio (PPG-PMUS, 2010) – nesse caso, apesar de já existirem pesquisadores na área da Museologia e Patrimônio, nenhum ainda teria a nomeação reconhecida por meio de um título de Doutor, conferido em território brasileiro.

Em 2010, na avaliação trienal, o PPG-PMUS recebeu conceito “bom” e “muito bom” nos itens avaliados: Proposta do Programa, corpo docente, corpo discente, teses e dissertações, produção intelectual e inserção social, elevando assim seu conceito geral para nota 4 (CAPES, 2010). No final de 2010, a CAPES autorizou a implantação do Curso de Doutorado em Museologia e Patrimônio (CAPES, 2010). Para Scheiner e Granato:

O PPG-PMUS atua em rede interinstitucional de abrangência nacional e transnacional, da qual participam instituições acadêmicas e de pesquisa no campo da Museologia e do Patrimônio. A opção pelo modelo de Associação Parcial e a escolha do MAST como parceiro possibilitaram a implantação de uma infraestrutura administrativa e acadêmica compartilhada, que vem permitindo realizar ações integradas com especialistas em Museologia e Patrimônio, do Brasil e do exterior (SCHEINER; GRANATO, 2016, p. 15).

A ressonância internacional do programa é amplamente valorizada e um diferencial relevante: desde o ano de sua implantação, que contou com aula inaugural ministrada pela então Presidente do ICOM Alissandra Cummins, o PPG-MUS tem contado sistematicamente com nomes internacionais ministrando aulas inaugurais e seminários – a maioria tendo relação direta com o ICOM. Isso mostra uma estreita relação, mesmo que não na forma de uma parceria formalizada, entre o ICOM e o programa, no qual o primeiro legitima e gera capitais científicos puros no segundo; e o segundo reforça o *status* de referência do ICOM para a área da Museologia: “O PPG-PMUS é, assim, o único programa existente de Pós-Graduação em Museologia a ter contado com a presença do Presidente do ICOM (órgão máximo de representação mundial, no campo) em duas aulas inaugurais (Mestrado e Doutorado) no curto espaço de cinco anos” (SCHEINER; GRANATO, 2016, p. 15-16).

O objetivo principal do PPG-PMUS é: “a formação de profissionais em nível de Mestrado e Doutorado, numa articulação estreita com a produção de conhecimento no campo da Museologia e dos estudos sobre o Patrimônio, desenvolvida nos projetos de pesquisa coordenados pelos docentes” (SCHEINER; GRANATO, 2016, p. 18). Segundo os coordenadores do PPG-PMUS, esse “[...] atende, desde a sua implantação, aos princípios da interculturalidade, da interdisciplinaridade e da participação aberta” (SCHEINER; GRANATO, 2016, p. 21).

O PPG-PMUS se caracteriza por considerar, como grande área de concentração, Museologia e Patrimônio. A ementa para essa área é apresentada da seguinte forma:

Patrimônio - conceito polissêmico que abrange desde o conjunto de elementos que cada indivíduo entende como pertencente a sua esfera pessoal, até o conjunto de recursos vinculados às relações que cada sociedade estabelece com o meio natural e/ou com sua produção cultural. Patrimônio como expressão do conjunto de experiências e saberes acumulados pelo humano, no tempo e no espaço. Museologia como disciplina científica, cujo campo de atuação é o Real em sua integralidade. Museu como fenômeno cultural e suas diferentes representações, em distintos tempos e espaços, de acordo com os sistemas de pensamento de cada sociedade. Museu como instituição. Museologia e patrimônio como sistemas simbólicos. Valorização do patrimônio tendo como meta a promoção da solidariedade e da tolerância entre as culturas, o respeito à diferença e o diálogo intercultural. Museologia como instância articuladora da ação patrimonial e como instrumento de reconhecimento e valorização social (SCHEINER; GRANATO, 2016, p. 21-22).

No PPG-PMUS, essa área se desdobra em duas linhas de pesquisa, conforme já apresentado antes, sendo a primeira, intitulada *Museu e Museologia*, voltada para as questões ontológicas e epistemológicas da disciplina; e a segunda, denominada *Museologia, Patrimônio Integral e Desenvolvimento*, voltada para as interfaces entre a Museologia e representações do fenômeno patrimônio (SCHEINER; GRANATO, 2016). A ementa da Linha 1 aponta a perspectiva do PPG-PMUS em relação ao conceito de Museu e ao lugar da Museologia: Museu como fenômeno (gênese, desenvolvimento e representações no tempo e no espaço; Museu na relação com indivíduos, cultura e sociedade; Modelos conceituais de Museu²¹) e Museologia como campo disciplinar (Museologia e Sistemas Simbólicos; critérios semiológicos; terminologia da Museologia; Museologia como geração do novo: interpretação de realidades; e discurso museológico (constituição e análise) (PPG-PMUS, 2010b). Trata-se de uma estrutura que é, em parte, herdeira do Leste Europeu e da perspectiva scheineriana, que reflete aquela defendida em 1996 na reforma curricular da Escola de Museologia. Na Linha 1, encontram-se projetos que incluem termos e conceitos da Museologia e sua configuração como campo disciplinar; museu como instância comunicacional e exposição como ato criativo; e memória da Museologia.

²¹ Quem sistematizou os modelos conceituais de Museu que na atualidade são referência para cursos de Museologia de todo o Brasil foi Scheiner (1998/1999).

Já a ementa da Linha 2 coloca a Museologia em relação direta com o Patrimônio: “análise das relações entre Museologia e Patrimônio, no tempo e no espaço, em todas as suas representações: patrimônio natural /cultural / material / imaterial [...] Museologia, sociedade e o patrimônio integral. Museologia e os Novos Patrimônios. Museologia Aplicada a Acervos” (PPG-PMUS, 2010). Na Linha 2, são desenvolvidos projetos voltados para documentação, conservação e gestão do patrimônio; museus e coleções; políticas, diretrizes e aspectos legais do campo museológico e patrimonial, entre outros. As disciplinas são conectadas e distribuídas nessas duas linhas (SCHEINER; GRANATO, 2016, p. 22).

Em suma, é possível identificar um movimento de traçar linhas teórico-conceituais influenciadas pelo pensamento museológico que era produzido no âmbito do ICOM (em especial no âmbito do ICOFOM), que era reverberado pelo curso de Museologia da UNIRIO, com a intenção de criar uma base – ou de adquirir capitais científicos puros – para a consolidação de um programa de pós-graduação em Museologia no cenário brasileiro, e que por sua vez abriria portas para outros que surgiriam posteriormente²².

O PPG-PMUS e a defesa de interdisciplinaridade e da ampliação das fronteiras da Museologia frente ao fenômeno Patrimônio

Como apontado anteriormente, a CAPES considera importante, em suas avaliações, um corpo docente diversificado. Para a CAPES, a Museologia se encontra na Área Comunicação e Informação²³, juntamente com a Comunicação e a Ciência da Informação; ainda, segundo a agência avaliadora, a Museologia foi a área que mais cresceu dentre as três, no triênio 2012-2015, de apenas um Programa, no triênio anterior, para 5 programas (CAPES, 2016).

A interdisciplinaridade é uma das características da área de Ciências Sociais Aplicadas I. O Gráfico 3, mostrando as áreas de conhecimento de formação do corpo docente dos programas, demonstra bastante bem sua diversidade, assim como a maior incidência da Comunicação e da Ciência da Informação.

²² Os cursos, além do PPG-PMUS, são: Artes, Patrimônio e Museologia, pela Fundação Universidade Federal do Piauí (mestrado profissional); Museologia, pela Universidade de São Paulo (mestrado acadêmico); Museologia, pela Universidade Federal da Bahia (mestrado acadêmico); e Museologia e Patrimônio, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (mestrado acadêmico). Disponível em: <<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/programa/quantitativos/quantitativoPrograma.jsf?areaAvaliacao=31&areaConhecimento=60800003&cdRegiao=0&ies=339128>>. Acesso em: 8 jun. 2021.

²³ Disponível em: <<https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/comunicacao-pdf>>. Acesso em: 19 mai. 2021.

Reunindo programas acadêmicos e profissionais nessas duas áreas básicas, assim como em Museologia, Biblioteconomia e Arquivologia, a área seria melhor caracterizada como “Comunicação e Informação”, tendo sido encaminhada à CAPES a solicitação de alteração de seu nome (CAPES, 2016, p. 5).

Segundo Coelho (2015), a partir de um levantamento no Diretório de Grupos de Pesquisa, foram identificados 59 grupos de pesquisa com a palavra-chave Museologia; desses grupos, somente 21 (35,59%) definem a Museologia como área predominante – os demais 38 grupos (64,41%), apesar de possuir atores oriundos da Museologia, alocam os seus estudos em outra área predominante. Para Coelho, “Museologia, na qualidade de área do conhecimento institucionalizada, existe por meio do conhecimento especializado, socialmente produzido e proposto como referência à própria prática museológica exercida pelos profissionais da área” (COELHO, 2015, p. 62).

Como um movimento de resistência à especialização, surge a prerrogativa da interdisciplinaridade. Burke identifica que esse não é um movimento novo, se pensarmos na forma como o conhecimento era sistematizado; mas só é possível falar de interdisciplinaridade, da forma como nos é apresentada hoje, com o surgimento da ideia de disciplina. A ideia da necessidade de interdisciplinaridade surgiu para preencher lacunas da própria disciplinaridade, que não permitia abordagens mais amplas, que enxergassem relações. Esse movimento também surgiu mais ou menos organizado e no mesmo formato das disciplinas, por meio de sociedades, publicações e institutos; e foi nesse momento (segunda metade do século XX, mas com alguns indícios na primeira metade) que surgiram as propostas de organização por estudos, tais como *Middle Eastern Studies*, *Near Eastern Studies*, *Museum Studies*, entre outros que, no caso dos Estados Unidos, foram fomentadas pela política, mas também como tentativa de estímulo ao trabalho de equipe (BURKE, 2012).

Para Pinheiro, a interdisciplinaridade nasce no seio das Ciências Humanas e Sociais que, no mundo contemporâneo, “[...] forjaram uma epistemologia multifacetada e híbrida” (PINHEIRO, 2012, p. 7-8), e destaca como um dos pioneiros a discutir esse conceito, no cenário brasileiro, Hilton Japiassu, que o fez desde 1976. O movimento da ciência moderna que criou o cientista – ou o especialista, que possui um conhecimento elevado de dado domínio restrito - também possibilitou à própria ciência constituir-se como “consciência do mundo” (GUSDORF, 1975, p. 14), que por sua vez “dividiu-se para reinar” (GUSDORF, 1975, p. 20). Entretanto, para esse mesmo autor, quanto mais as disciplinas se diversificaram, mais distantes ficaram da realidade humana (1975, p.

14). Conforme Gusdorf, Japiassu apontou, em consonância com uma movimentação nas décadas de 1960 e 1970, para uma nova forma de organização da própria ciência:

Chegou o momento de uma nova epistemologia, que não seria mais somente uma reflexão sobre cada ciência em particular, separada do resto, e comprazendo-se com uma deleitação morosa sobre seu próprio discurso. Invertendo a marcha do pensamento, os sábios de nossa época devem renunciar a se confinarem em sua especialidade, para procurarem, em comum, a restauração das significações humanas do conhecimento (GUSDORF, 1975, p. 15).

A interdisciplinaridade, para Japiassu (1976), se constitui como incorporação do resultado de várias disciplinas e como categoria científica, correspondendo a um nível teórico de constituição das ciências. Japiassu dirigia o fenômeno da interdisciplinaridade especificamente às Ciências Humanas: “[...] a interdisciplinaridade se define e se elabora por uma crítica das fronteiras das disciplinas, de sua compartimentação, proporcionando uma grande esperança de renovação e de mudança no domínio da metodologia das ciências humanas” (JAPIASSU, 1976, p. 54). Mais ainda: o futuro das ciências humanas depende primordialmente do desenvolvimento de uma metodologia interdisciplinar, pois “[...] ainda está por ser construída uma teoria do interdisciplinar” (JAPIASSU, 1976, p. 81).

O fenômeno da interdisciplinaridade teria uma origem tanto interna, como resultado de um remanejamento geral das ciências; como externa, resultado de uma mobilização cada vez maior de saberes em direção à ação (JAPIASSU, 1976). Mais que uma conceituação teórica, para ele, a interdisciplinaridade é uma prática, que começa na esfera individual e parte para a coletiva: “[...] a interdisciplinaridade se caracteriza pela *intensidade das trocas* entre os especialistas e pelo *grau de integração real* das disciplinas, no interior de um projeto específico de pesquisa” (JAPIASSU, 1976, p. 74, grifos do autor).

Em Japiassu, a interdisciplinaridade e a disciplinaridade estão interligadas: a autonomia de uma disciplina é a condição fundamental para uma possível harmonia de suas relações com as demais disciplinas. Scheiner aponta que a interdisciplinaridade da Museologia estaria diretamente relacionada ao momento em que ela ganha caráter de disciplina, mesmo que, nesse caso, tenha almejado para si e reivindicado objetos específicos.

Sabemos que a Museologia, como parte dos saberes configurados sob a episteme da modernidade tardia, se

desenvolve na interface entre os demais saberes – os emergentes e os já estruturados -, possuindo, portanto, um substrato teórico que a aproxima da matriz interdisciplinar. Mas essa mesma trajetória tem identificado para a Museologia objetos de estudo específicos: o Museu (fenômeno) e a Musealidade (valor atribuído, resultante de relações perceptuais específicas do humano sobre o real); e também um conjunto de fundamentos que a identificam como saber autônomo: o real; a evidência; a linguagem; o signo; tempo e espaço; o homem integral; as diferentes “dobras” do real, também chamadas “realidades” (SCHEINER, 2015).

Mesmo sendo configurada nesse cenário interdisciplinar, a Museologia possuiria, para Scheiner, uma terminologia própria, composta tanto por termos engendrados em seu próprio seio quanto por termos incorporados e ressignificados por meio de “movimentos de fertilização interdisciplinar [...] dando-lhe os contornos necessários à estruturação de sua Id disciplinar” (SCHEINER, 2015). Nesse cenário, tentou-se – e ainda se tenta – enquadrar ou, pelo menos, conciliar a Museologia no âmbito de outras áreas do conhecimento: a Ciência da Informação²⁴, a História, a Comunicação, e, mais recentemente, a Filosofia.

Segundo Scheiner, “o campo da Museologia é o mesmo do Patrimônio” (SCHEINER, 2015): “Ao longo da última década, vem-se cada vez mais buscando pensar a Museologia seja como campo híbrido (Museologia e Patrimônio), seja como mais uma forma rizomática de saber, que se bem admite algumas hierarquias epistêmicas (identificação de raízes, ou fundamentos) ao mesmo tempo se desvela pelos constantes deslocamentos em direção a outros saberes” (SCHEINER, 2015). A perspectiva de patrimônio defendida pelo PPG-PMUS, conforme descrita em seus documentos, baseia-se no pensamento scheineriano, que define Patrimônio como

[...] **uma poderosa construção sógnica**, constituída e instituída a partir de percepções identitárias e integralmente vinculada ao sentimento de pertença – a partir do qual se reflete em todos os jogos da memória e se expressa em todas as representações sociais. ‘**Patrimônio**’ é portanto um **conceito polissêmico**, que pode estar vinculado tanto ao conjunto de elementos possuídos pelo indivíduo, na esfera pessoal, como ao conjunto de signos reconhecidos como ‘bens’, por uma ou mais coletividades. Impregnado de um sentido econômico, expressa as relações que cada grupo social estabelece com a natureza ou com sua produção cultural – estando diretamente influenciado pelas

²⁴ No caso dessa área, o evento científico de maior importância para os Programas de Pós-Graduação em Museologia no Brasil é o Encontro da Associação Nacional de Ciência da Informação (ENANCIB), visto que, para constituir sua própria associação, faz-se necessário uma estrutura mínima de pós-graduações, ainda não atingida pela Museologia.

maneiras sob as quais cada sociedade compreende Natureza e Cultura (SCHEINER, 2003, grifos da autora).

Como conceito polissêmico, que admite distintos reconhecimentos e percepções, cada área do conhecimento terá um ponto de vista sobre Museologia e Patrimônio, fruto dos lugares de pensamento dos atores, que considerarão essa relação desde seu lugar de fala (SCHEINER, 2015). A Museologia seria a instância onde patrimônio e museologia são vistos como parte do mesmo “campo” ou disciplina. Essa perspectiva que aponta Museologia como campo híbrido do Patrimônio, no qual distintas perspectivas de inúmeras áreas se confluem, tem como seu principal defensor, no cenário brasileiro, o próprio Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, já que esse programa precisa, também, defender seu lugar de fala e sua configuração como espaço de produção de um conhecimento acadêmico específico.

Considerações finais

É importante ressaltar que nenhuma disciplina em si é interdisciplinar – o que provoca o fenômeno da interdisciplinaridade são os atores, em cada caso. Entretanto, cabe reiterar que nenhum conhecimento é somente disciplinar. Recorte artificial recente do conhecimento científico, que não tem mais de 150 anos, a disciplina por sua vez é mais um discurso ou uma forma de ver o mundo e não pode “valer para um período anterior”, como lembrava Foucault (2007, p. 174-175).

Enfatizamos que esse movimento da interdisciplinaridade, como uma revolução científica, contesta a disciplinaridade de conhecimentos que, em realidade, são recortes arbitrários, como já dissemos. Entretanto, a interdisciplinaridade surge justamente para reforçar a existência da disciplinaridade: conhecimentos que se julgam compartilhados por fronteiras pré-existentes: “Tal movimento permitirá desvelar o reconhecimento que fundamenta os olhares, narrativas e ações interdisciplinares, na sua relação com a Museologia: pois não é possível ser interdisciplinar se não se avança a partir de uma determinada disciplina” (SCHEINER, 2015). Pinheiro corrobora tal premissa quando afirma, baseada em Clerk e Klein, que a disciplinaridade é o “primeiro princípio”, a base sobre a qual todas as demais acepções – inter, pluri, multi e trans – são construídas (CLERK, KLEIN, 1996, apud PINHEIRO, 2012, p. 10-11).

Mesmo não tendo uma autonomia comparada a outras áreas, a Museologia lutou e jogou as regras do campo científico quando seus atores reivindicaram para si um objeto de estudo, e isso não ocorreu em qualquer lugar: ocorreu exatamente na esfera

dos campos científico e universitário, quando se estabeleceu cursos de Museologia no seio de museus e, principalmente, no seio de universidades. No caso brasileiro, a Museologia sofreu um rito de instituição; um ato de consagração, ao deixar de ser denominada “Curso de Museus” e passar a ser Curso de Museologia; e realizou inúmeros esforços para consolidar-se como disciplina científica por meio de produção e disseminação de conhecimentos específicos, e de ocupar lugar no espaço de maior prestígio de conhecimento acadêmico: a pós-graduação. A Museologia se posiciona, assim, não como área de conhecimentos aplicados à prática, mas como uma área acadêmica que discute questões epistemológicas.

É importante levar em conta na análise aqui apresentada que “o que está em jogo na luta interna pela autoridade científica no campo das ciências sociais, isto é, o poder de produzir, impor e inculcar a representação legítima do mundo social, é o que está em jogo entre as classes no campo da política” (BOURDIEU, 1976, p. 27). Se a existência de uma graduação constitui parte fundamental da formação de uma disciplina, a pós-graduação garante-lhe um *status* científico. Sendo oriunda de pontos de vista tão heterogêneos (tanto de docentes como de discentes), a Museologia no PPG-PMUS automaticamente se configura como heterogênea e, ainda, interdisciplinar. As investigações realizadas no Programa extrapolam as fronteiras já definidas, para alguns, e indefinidas, para outros, da Museologia. Um adendo importante é que aqueles docentes que se aproximam mais da Museologia, principalmente pela graduação, em geral têm para si que a Museologia possui seus limites e objeto de estudo muito claros. Para os que são oriundos de outras matrizes, a Museologia tem fronteiras não só indefinidas, mas também alargadas - o que permite incluir a presença desses investigadores e seus pontos de vista dentro dessa área.

Referências

BOURDIEU, P. *Escritos de Educação*. NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (Orgs.). Petrópolis, RJ: Vozes, 2012b, 251p.

_____. *Homo academicus*. Trad. Ione Ribeiro Valle, Nilton Valle. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2013, 314 p.

_____. *O Campo Científico*. 1976. Disponível em: <<https://cienciatecnosociedade.files.wordpress.com/2015/05/o-campo-cientifico-pierre-bourdieu.pdf>>. Acesso em: 20 mai. 2021.

_____. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012a, 322 p.

_____. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia crítica do campo científico*. Denise Barbara Cartani. São Paulo: UNESP, 2003, 86 p.

BRASIL. COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR [CAPES]. *90ª REUNIÃO do CTC – Cursos novos* [s/d]. Coleção: Tereza Scheiner.

_____. COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR [CAPES]. *CURSOS Avaliados e Reconhecidos*. Disponível em: <<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/programa/quantitativos/quantitativoPrograma.jsf?areaAvaliacao=31&areaConhecimento=60800003&cdRegiao=0&ies=339128>>. Acesso em: 8 jun. 2021.

_____. COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR [CAPES]. *HISTÓRIA e Missão*. Disponível em <<https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/historia-e-missao>>. Acesso em 19 mai. 2021.

_____. COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR [CAPES]. *DOCUMENTO de Área*. Disponível em: <<https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/comunicacao-pdf>>. Acesso em: 19 mai. 2021.

_____. COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR [CAPES]. *DOCUMENTO de Área*. Ciências Aplicadas I. Disponível em: <https://pgcin.paginas.ufsc.br/files/2012/07/31_CSA_I_docarea_2016.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2021.

_____. COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR [CAPES]. *Propostas de Cursos Novos*. Brasília: CAPES, 2010. Coleção: Tereza Scheiner.

_____. DEFINIÇÃO DOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO. PARECER N. 977, CeSu de 03 de dezembro 1965. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782005000300014>. Acesso em 20 mai. 2021.

_____. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 19 dez. 2016. Alteração de denominação das áreas de avaliação da CAPES, Portaria nº. 234, de 15 de dezembro de 2016.

_____. LEI nº 7.287, de 18 de dezembro de 1984, que dispõe sobre a Regulamentação da Profissão de Museólogo. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7287.htm>. Acesso em 5 jan. 2017.

_____. RESOLUÇÃO CNE / CES N. 1. de 3 de abril de 2001. Estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rces001_01.pdf>. Acesso em 20 dez. 2016.

BURKE, Peter. *Uma história social do conhecimento*. Da Enciclopédia à Wikipédia. Trad. Denise Bottmann, vol. 2. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2012, 414p.

COELHO, Priscilla Arigoni. *Metáforas em rede no processo de institucionalização*: um estudo sobre memória e discurso da Museologia no Brasil (1932 a 1985). Tese (Doutorado em Memória Social) – Programa de Pós-Graduação em Memória Social, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015. Orientadora: Evelyn Goyannes Dill Orrico.

FOUCAULT, Michel. *As Palavras e as Coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 2007, 541p.

GUSDORF, Georges. Prefácio [1975]. In: JAPIASSU, Hilton. *Interdisciplinaridade e Patologia do Saber*. Rio de Janeiro: IMAGO Editora, 1976, p. 7-27.

JAPIASSU, Hilton. *Interdisciplinaridade e Patologia do Saber*. Rio de Janeiro: IMAGO Editora, 1976, 221p.

PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro. Confluências Interdisciplinares entre Ciência da Informação e Museologia. In: *Revista Museologia e Interdisciplinaridade*, v. 1, n. 1, p. 7-31, jan./jul. 2012.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MUSEOLOGIA E PATRIMÔNIO [PPG-PMUS]. ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DE COLEGIADO DO DEPARTAMENTO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MUSEOLOGIA E PATRIMÔNIO. Rio de Janeiro: UNIRIO, 19/4/2006. Coleção: Tereza Scheiner.

_____. ATA DA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA DE COLEGIADO DO DEPARTAMENTO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MUSEOLOGIA E PATRIMÔNIO. Rio de Janeiro: UNIRIO, 10/5/2006. Coleção: Tereza Scheiner.

_____. Caracterização da Proposta. In: *APCN 2010*. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2010a. Coleção: Tereza Scheiner.

_____. *Disciplinas* [ementas]. Rio de Janeiro: UNIRIO [2010b]. Coleção: Tereza Scheiner.

_____. POLÍTICAS EDITORIAIS. Disponível em: <<http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/about/editorialPolicies#publicationFrequency>>. Acesso 19 mai. 2021.

_____. Recurso encaminhado à CAPES. Rio de Janeiro: UNIRIO, janeiro de 2005.

RÚSSIO GUARNIERI, Waldisa. Formação do museólogo: por que em nível de pós-graduação? In: BRUNO, Maria Cristina Oliveira (coord.). *Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional*. São Paulo: Pinacoteca do Estado de São Paulo, vol. 1, 2010a, p. 232-236.

_____. Museologia: Formação Profissional no Brasil: a proposta do Instituto de Museologia de São Paulo / Fesp. In: BRUNO, Maria Cristina Oliveira (coord.). *Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional*. São Paulo: Pinacoteca do Estado de São Paulo, vol. 1, 2010b, p. 253-262.

SANTOS, Ana Lúcia Felix dos; AZEVEDO, Janete Maria Lins de. A pós-graduação no Brasil, a pesquisa em educação e os estudos sobre a política educacional: os contornos da constituição de um campo acadêmico. In: *Revista Brasileira de Educação*, v. 14, n. 42, p. 534-550, set./dez. 2009.

SANTOS, Cássio Miranda dos. Tradições e Contradições da Pós-Graduação no Brasil. In: *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 24, n. 83, p. 627-641, agosto 2003.

SCHEINER, Tereza Cristina; LIMA, Diana Farjalla Correia; PEREIRA, Sônia Gomes; PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro; RANGEL, Márcio Ferreira. *Proposta para a criação de programa de pós-graduação em Museologia e Patrimônio*. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2004. Coleção: Tereza Scheiner.

SCHEINER, Tereza Cristina Moletta; GRANATO, Marcus. A parceria com a UNIRIO para o desenvolvimento do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio. In: *Museu de Astronomia e Ciências Afins (Brasil)*. *MAST Colloquia, Mast*. 30 anos de parceria. Rio de Janeiro, 2016, v. 14, p. 12-38.

SCHEINER, Tereza; PANTIGOSO, Maria Gabriella Pestana de Aguiar. *[Carta ao] Coordenador do Programa Nacional de Museus sobre Mestrado em Museologia*. Rio de Janeiro: UNIRIO, 1984. Coleção: Tereza Scheiner.

_____. *Projeto do Curso de Especialização de Museologia*. Rio de Janeiro: UNIRIO, 1984. Coleção: Tereza Scheiner.

SCHEINER, Tereza; PANTIGOSO, Maria Gabriella Pestana de Aguiar; OCAMPO, Liana Ruby Teresa Castãos de. *Projeto do Curso de Especialização de Museologia*. Rio de Janeiro: UNIRIO, 1983. Coleção: Tereza Scheiner.

SCHEINER, Tereza. Informação, Memória, Patrimônio e Museu: Revisitando as articulações entre os campos. In: *Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação*, XVI. João Pessoa: 2015, v. 16, não paginado.

_____. Sob o signo do Patrimônio: Museologia e Identidades Regionais. In: SIMPÓSIO MUSEOLOGIA E PATRIMÔNIO REGIONAL NA AMÉRICA LATINA E CARIBE. *ICOFOM LAM*, Salvador, Bahia, Brasil, Subcomitê Regional para a América Latina e Caribe/ICOFOM LAM, dez. 2003. pré-ed. Não paginado.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO [UNIRIO]. ATA DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE COLEGIADO DO DEPARTAMENTO DE ESTUDOS E PROCESSOS MUSEOLÓGICOS. Rio de Janeiro: UNIRIO, 06/07/2004. Coleção: Tereza Scheiner.

_____. *Boletim Interno n° 9*, de 15.5.2006a. Coleção: Tereza Scheiner.

_____. *Resolução do CEPE N° 2734*, de 11.5.06b. Coleção: Tereza Scheiner.

VOGEL, Michely Jabala Mamede. *Avaliação da Pós-Graduação Brasileira: análise dos quesitos utilizados pela CAPES e das críticas da comunidade acadêmica*. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Orientadora: Nair Yumiko Kobashi.

Data de recebimento: 09.06.2021

Data de aceite: 24.08.2021